

# Temas da autogestão dos trabalhadores

Cândido Giraldez Vieitez

**Como citar:** VIEITEZ, C. G. Temas da autogestão dos trabalhadores. *In:* VIEITEZ, C. G. (org.). **A Empresa sem patrão**. Marília: Unesp Marília Publicações, 1997. p. 9-24. DOI: <https://doi.org/10.36311/1997.978-85-60810-31-4.p09-24>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Temas da autogestão dos trabalhadores

Cândido Giraldez VIEITEZ<sup>1</sup>

I. No ano de 1994, empresas de propriedade de trabalhadores, e geridas pelos próprios trabalhadores, propiciaram a formação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG. Por essa época, a ANTEAG acompanhava cerca de 36 empresas autogestionárias, recebia uma média mensal de dez projetos para estudos de viabilidade e os estabelecimentos a ela associados propiciavam, aproximadamente, 4 mil empregos diretos e 18 mil empregos indiretos.

Em 1996, dois eventos, entre outros acontecimentos, indicaram que o setor autogestionário continua a desenvolver-se. Foram eles: 1) o *III Encontro Nacional da ANTEAG*, que contou com a presença de empresas de vários Estados e 2) o *I Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Participação e Autogestão*, realizado em parceria com a UNESP-Campus de Marília, e que reuniu acadêmicos, membros da ANTEAG, representantes institucionais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Universidade de Campinas (UNICAMP) e da Confederación Empresarial Española de Economía Social (CEPES).

O termo autogestão, que estas empresas elegeram como denominativo de sua identidade, inscreve-se num campo de concepções conceituais que são diversas tanto histórica quanto logicamente. Assim sendo, o assunto encontra-se sujeito à controvérsia. Entretanto, algumas das características dessas organizações, enunciadas segundo um prisma mais empírico do que teórico, contam com um reconhecimento amplo. São as seguintes: 1) Nos casos em que a organização obtém seus recursos pela venda de produtos ou serviços no mercado, a maximização do lucro não é o motor do empreendimento. O lucro deve servir à sobrevivência e ao desenvolvimento da empresa no sentido de que esta deve servir aos membros que nela trabalham, bem como, à coletividade; 2) autonomia de gestão; 3) processos de decisão democráticos e; 4) primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital na distribuição dos lucros (ver Defourny, 1987).

---

<sup>1</sup> Departamento de Sociologia e Antropologia - Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Campus de Marília.

Observada a realidade histórico-organizacional a partir desse núcleo de elementos constitutivos básicos, verifica-se que outras organizações, com outro formato e outra designação, também adentram a cena recente. Nos limites deste espaço gostaríamos de assinalar os casos das três principais universidades públicas do Estado de São Paulo - USP, UNICAMP e UNESP - e vários tipos de cooperativas de trabalhadores, dentre as quais chamam a atenção aquelas impulsionadas nos assentamentos agrários pelo Movimento dos Sem Terra<sup>2</sup>.

O renovado impulso adquirido por organizações com as características apontadas, num movimento emergente que remonta ao fim dos anos 60, não se verifica apenas no Brasil. Aparentemente, o lugar em que este *surto* autogestionário é mais significativo é a Europa, onde o acontecimento é agora bastante visível, sendo que em alguns países chega a ser denominado oficialmente como o terceiro setor da economia. (Monzón & Defourny, 1987)

Também não é nossa prerrogativa a variedade de formas organizacionais que vão aparecendo, assim como a dificuldade para se construir um liame conceitual e organizacional entre elas.

Em parte, a denominação predominante em cada país para referir-se ao conjunto dessas atividades - bem entendido, onde já se reconhece uma identidade comum - revela esse estado de coisas. Assim é que este terceiro setor é conhecido na Itália como o da autogestão, enquanto que na França, país em que esta modalidade de organização conta com uma tradição mais densa, a designação estabelecida é a de economia social.

Qualquer que seja o nome, as dificuldades práticas e de conceituação subsistem. “Lograr uma definição para a ‘Economia Social’ - afirma um estudioso espanhol - é um assunto complexo, existindo um amplo debate em nível dos países europeus” [...]. “A discussão atual gira em torno de um conjunto de unidades que, a modo de exemplo, são as seguintes em nosso país: cooperativas, sociedades laborais, sociedades agrárias de transformação, confrarias de pescadores, irmandades de agricultores e pecuaristas, sociedades mutualistas, associações para o ócio e tempo livre, caixas econômicas e o conjunto de empresas públicas...”. (Hernández, 1992, p. 25).

## II. Elementos da ‘economia social’ no Brasil

### A ANTEAG

As empresas da ANTEAG em regime de autogestão<sup>3</sup> estruturam-se como associações de trabalhadores ou como cooperativas autogestionárias.

---

2 Ver Singer (1977, p. 3) “A principal conquista dos sem-terra não é a desapropriação da terra e sua entrega às famílias. É a construção de cooperativas de produção em cada assentamento, que se viabilizam enquanto empreendimentos produtivos coletivos, demonstrando que solidariedade e ajuda mútua são princípios econômicos que funcionam”.



Estas empresas, como vimos, não procuraram vincular-se às entidades representativas já existentes, buscando assim uma organização própria. Este fato, para o qual concorreram vários fatores, ajuda tanto a caracterizar o empreendimento quanto a iluminar o que o mesmo apresenta de novo.

Quatro fatores parecem ser os mais importantes: 1) a peculiaridade fabril e urbana dos estabelecimentos; 2) o caráter de organização coletiva e produtiva de trabalhadores; 3) a motivação autogestionária e; 4) um certo apoio dos sindicatos.

Cooperativas populares de vários tipos - ligas camponesas, cooperativas de pequenos produtores rurais, cooperativas de consumo e outras - têm estado presentes na vida do país. As empresas da ANTEAG, entretanto, despontaram como organizações predominantemente urbanas e manufatureiras, o que coloca um divisor de águas não negligenciável. Trata-se de empresas constituídas por trabalhadores fabris nas quais é remarcável um componente operário.

Um determinante certamente fundamental reside no fato de que estas empresas se constituem como organizações produtivas e coletivas de trabalhadores, que assumem a intencionalidade de se reproduzirem enquanto tais, meta que nem sempre se apresentou com suficiente clareza anteriormente.

A teleologia autogestionária, pelo menos na acepção de que a *massa* dos trabalhadores deva ser tanto a *proprietária* quanto a gestora dos novos estabelecimentos, situando-se, portanto, para além da propriedade privada capitalista e dos mecanismos burocráticos de controle, constitui igualmente outra variável fundamental.

Mas é necessário entender esta afirmação de modo adequado. Não se trata absolutamente de que o contingente de trabalhadores que optam pela autogestão o façam com uma percepção conceitual satisfatória. Assim mesmo, não é o caso de se imaginar que não exista percepção alguma. Pelo menos um contingente expressivo dos trabalhadores possuem uma certa intuição do assunto, a qual, como bem disse uma das lideranças, pode ser expressa sinteticamente na frase *a empresa sem patrão*. Outra é a situação dos dirigentes, entre os quais, se pode encontrar uma preocupação com a literatura e mesmo com a teoria autogestionárias.

De qualquer modo, cabe esclarecer que a motivação originária que tem prevalecido entre os mesmos não é de natureza doutrinária, mas pragmática. Antes de mais nada, salvar ou criar empregos num contexto em que o desemprego desponta como um dos problemas sociais de maior gravidade.

De qualquer modo, a inexistência prévia de uma cultura autogestionária e, mais ainda, de uma praxis autogestionária, constitui-se numa fonte de problemas para estes estabelecimentos<sup>4</sup>.

Por fim há a questão dos sindicatos. A CUT, por exemplo, até hoje não se colocou a questão da autogestão. E as dificuldades para que a mesma introduza o

---

3 Há também empresas em regime de co-gestão.

tema em sua agenda saltam à vista. Pontualmente, entretanto, sindicatos têm ajudado a instalar empresas autogeridas, não só emprestando apoio político e logístico, como também, em alguns casos, financeiro.

Constata-se, pois, que não obstante a presença de divergências político-ideológicas e as concomitantes dificuldades que costumam aflorar no relacionamento entre sindicatos e empresas, este novo setor autogestionário emerge através de um processo no qual a interação positiva com o movimento sindical encontra-se também presente.

## Dificuldades

As empresas autogestionárias ao se constituírem têm de lidar imediatamente com vários problemas cruciantes. Alguns deles já foram reconhecidos pela experiência da *economia social* acumulada em nível mundial e são, por assim dizer, característicos deste setor. Outros, entretanto, são específicos da nossa realidade e de um certo estágio de desenvolvimento da mesma.

Num primeiro momento, o mais premente de todos eles é o de manter as empresas funcionando. Isto ocorre porque, por ora, a maior parte das empresas autogeridas têm se constituído a partir de uma massa falida capitalista. Entretanto, o problema também se coloca quando os trabalhadores tomam a iniciativa de criar uma nova empresa.

Em ambos os casos, a grande dificuldade encontra-se ao mesmo tempo na insuficiência de capital e na dificuldade para supri-lo rapidamente através de financiamento ou outros meios.

Problema importante é também aquele relativo ao preparo acadêmico e profissional dos trabalhadores. Neste tópico, a empresa autogerida descobre rapidamente duas coisas: 1) que o nível de qualificação do trabalhador é para ela muito mais importante do que provavelmente o é para a empresa tradicional e, 2) que o nível de formação geral e específica do trabalhador brasileiro é desesperadamente baixo, motivo pelo qual a ANTEAG tem este assunto como uma de suas prioridades de trabalho.

A ausência de experiência administrativa geral e especificamente autogestionária, que trespassa todo o quadro de trabalhadores, torna-se um problema particularmente aflitivo entre os dirigentes que assumem funções executivas. Esta questão, que solicita medidas de urgência, fez com que a ANTEAG criasse dois programas educacionais: a) um curso em administração autogestionária para os dirigentes e; b) um sistema de capacitação autogestionária para atender às necessidades mais imediatas do conjunto dos trabalhadores.

Também não se pode olvidar um tema que, embora estando intimamente

---

4 Um dirigente da ANTEAG coloca esta questão com toda sua propriedade. "Nossa maior dificuldade - afirma - é a cultura do trabalhador, ou melhor, é vencer a 'cultura empresarial' deixada pelo patronato".



conectado à educação, vai além dela. Trata-se das técnicas e ou das tecnologias. Este assunto, que desafia a *economia social* com tanta ou maior intensidade que a economia dominante, é de tal ordem que a cooperativa Mondragon, da Espanha, criou um centro próprio de desenvolvimento científico e tecnológico. Por ora, é muito improvável que a Anteag possa reproduzir aqui esse feito, o que não quer dizer que não se deva considerar essa experiência.

Em suma, são muitos os problemas que incidem sobre a área da autogestão e mencionamos uns poucos a título de exemplos. Apesar disto e até o momento, o setor tem sido capaz de ultrapassar as dificuldades e tem progredido, o que leva a ANTEAG a estimar que, para o início do novo milênio, as organizações autogestionárias relativas ao seu âmbito de atuação específico poderiam vir a somar cerca de 1000 estabelecimentos.

### III. As universidades

A situação das universidades públicas paulistas é muito distinta daquela da ANTEAG, embora também aqui nos deparemos com um fenômeno de tipo autogestionário na acepção estrita em que estamos empregando o termo.

Não obstante, a palavra autogestão praticamente não é pronunciada nas Universidades. Um pouco de história ajudará a aclarar este aspecto que, de resto, não é simplesmente formal.

As Universidades Estaduais Paulistas são autarquias do Estado. Até pouco tempo atrás elas estavam afetas administrativa e financeiramente ao governador. Em última análise, a estrutura de poder era do tipo burocrático tradicional, embora certas peculiaridades, como por exemplo, a existência de colegiados com certa capacidade deliberativa, dessem às mesmas um perfil característico. O provedor e chefe supremo era o governador do Estado que despachava diretamente com os reitores. Estes, escolhidos pelo governador, subseguiam-lhe em autoridade e funcionavam como o poder executivo imediato no interior das mesmas. Tratava-se de um sistema de gestão elitista e excludente, mais de tipo estamental do que democrático, que no tempo da ditadura militar combinou certas liberalidades consuetudinárias, típicas da tradição universitária, com atitudes e políticas autoritárias-persecutórias, em acordo com a postura do regime político.

Lá pelo fim dos anos setenta, as universidades - e isto se refere a todas as universidades públicas, não apenas às paulistas - estavam passando por transformações importantes. Professores e funcionários, que se empobreceram a olhos vistos, formaram suas associações de classe, que ato contínuo passaram a funcionar, de fato, como organizações sindicais, dando assim origem a um acontecimento completamente insólito neste ambiente. O próprio movimento estudantil fortaleceu sua organização e adquiriu um novo alento.

Instalou-se nas universidades um forte movimento político e *sindical* que

frequentemente conjuminou na ação professores, alunos e funcionários. (ver Resgatando ... 1996) Este movimento, que se desdobrava no contexto e no espírito daquele outro, mais amplo, que ganhava vulto em toda a sociedade, apresentava reivindicações da mesma ordem. No plano político, rejeitando o governo autoritário, reclamava a democratização da nação. No plano social, procurava antes de mais nada recompor os salários, sistematicamente desgastados por políticas públicas e privadas predatórias, e pleiteava mais verbas para a educação pública.

Concomitantemente, porém, o movimento nas universidades formulou uma reivindicação que, tanto quanto sabemos, teve um caráter ímpar, qual seja, a democratização das estruturas internas de poder e gestão dos estabelecimentos universitários. Concretamente, esta propositura se plasmou em reivindicações tais como: fortalecimento do papel dos órgãos colegiados amiúde ignorados pelos executivos; ampliação do número de órgãos colegiados; introdução e/ou ampliação da representação de todas as categorias nos organismos coletivos de direção; eleições diretas para todos os cargos executivos na área acadêmica, desde os chefes de departamento aos reitores, e muitas outras.

É oportuno que se frise que essas proposituras, retomando teses que haviam ficado pelo caminho lá pelo fim da década de sessenta, introduziam na vida pública um assunto que não fazia parte das tradições do movimento democrático, nem muito menos do movimento sindical: a democratização imediata das relações sociais nas unidades de trabalho. Este movimento, que abrangeu a maior parte das universidades públicas do país, não alcançou todos os objetivos. Porém, alcançou o suficiente para que, em maior ou menor grau, relações democráticas importantes tivessem sido introduzidas em inúmeras universidades federais e estaduais do país, o que no caso das universidades paulistas é bastante evidente.

Na UNESP, instituição em que possivelmente mais se avançou neste terreno, um balanço sumário mostra que: 1) foram criados novos colegiados; 2) os critérios censitários para participação no poder executivo e nos órgãos colegiados foram atenuados. Por exemplo, o título de doutor passou a habilitar candidaturas onde antes era necessário o grau de titular; 3) estabeleceram-se critérios de representação mais universal no que tange à participação nos colegiados de natureza política, como por exemplo, no Conselho Universitário; 4) o nível de igualdade de representação política melhorou, uma vez que foi ampliado o número de representantes de funcionários e alunos nos vários órgãos deliberativos; 5) estabeleceram-se eleições diretas para a ocupação de vários cargos, nomeadamente os diretores de unidade e, em última análise, também o de reitor.

Voltemos ao âmbito das universidades paulistas. Com a relativa democratização da estrutura de gestão, que permite a participação de todas as categorias, as Universidades consumaram a primeira importante aproximação da autogestão.

O segundo movimento fundamental de aproximação da autogestão verificou-



se em 1989, na esteira dos acontecimentos que se seguiram à mais longa greve realizada pelas Universidades paulistas, e que redundou na obtenção da autonomia de gestão financeira. Com esta, dois fatos da maior importância se instalaram. Em primeiro lugar, as Universidades passavam a viver de um percentual sobre o ICMS fixado pública e oficialmente; em segundo lugar, o Conselho Universitário, no plano deliberativo, e o Reitor, no plano executivo, passavam a ser as instâncias de poder máximo nas Universidades.

Com estes dois movimentos confluentes cumpriam-se, portanto, dois importantes requisitos da autogestão, a democratização do poder e a autonomia. Quanto a esta última, cabe um esclarecimento. Enquanto que nos setores organizados por cooperativas ou associações a autonomia repousa sobre um certo tipo de propriedade privada *socializada*, as Universidades continuam a ser entidades do Estado. Consequentemente, a autonomia aqui se apóia, não sobre a propriedade, mas sobre a posse, ou seja, sobre o conjunto de dispositivos legais que permitem aos agentes universitários decidirem eles mesmos sobre os rumos das Universidades, administrando-as segundo o seu livre arbítrio e observadas as leis maiores.

## A autogestão nas Universidades

As Universidades praticamente não têm o problema de educação formal que se observa no setor *privado* e que se coloca como *handicap* à construção da maquinaria administrativa autogestionária, uma vez que um número muito expressivo de seus trabalhadores situa-se naquele conjunto de pessoas que chegaram ao topo da escolaridade<sup>5</sup>. Em contrapartida, problemas de outra origem e natureza também engendram aqui vários tipos de dificuldades.

Um fator de resistência ao avanço de métodos de gestão mais apropriados à nova realidade encontra-se no modo como a comunidade acadêmica em geral enfoca ainda hoje a administração. Um primeiro aspecto é que o segmento docente, ainda o mais influente, em contradição com suas próprias reivindicações históricas de *mais participação no poder*, não se encontra motivado em relação às questões administrativas. Um segundo aspecto, que diz respeito a conhecimentos e procedimentos administrativos, é que prevalece amplamente uma impositação de autosuficiência. Em decorrência destas características, observa-se: 1) o predomínio do senso comum, em matéria de administração, gerado basicamente pela estrutura administrativa herdada do *status quo* anterior à autonomia; 2) a recusa em se estudar adequadamente o *background* técnico e ou tecnológico existente no campo da administração; 3) o escasso ou inexistente emprego de técnicos competentes nesta área; 4) a utilização igualmente escassa de assessorias e consultorias de apoio; 5) a indiferença para com a formação econômico-administrativa supletiva dos

5 O título de referência para se ingressar hoje nas Universidades é o de doutor. Uma parte expressiva dos funcionários técnico-administrativos tem curso superior.



trabalhadores universitários em geral e, em particular, dos quadros que soem ocupar funções diretivas<sup>6</sup>.

Esta *síndrome de autosuficiência* é apenas menos ostensiva entre os dirigentes do mais alto escalão, uma vez que em decorrência de suas funções mais cosmopolitas, vez ou outra têm que se socorrer de conhecimentos específicos e de pessoal especializado. Por outro lado, *prevalece também neste segmento a ausência de qualquer preocupação e contato com a teoria e a literatura autogestionárias*. As razões para isto são complexas e aqui assinalaremos apenas o mais evidente.

A inusitada capacidade de organização e de mobilização das Universidades certamente teve a ver com o decreto governamental que instaurou a autonomia. Esta não tinha sido, entretanto, o objeto das grandes mobilizações. Quando a autonomia ocorreu, inopinadamente, a reação imediata dos *sindicatos* dos docentes foi sintomática: a Adunicamp e a Adusp manifestaram hostilidade e pessimismo para com a medida, considerando que a mesma não passava de uma manobra do governo para ludibriar as reivindicações dos trabalhadores, enquanto que a Adunesp guardou uma posição de expectativa pessimista.

Não tardou muito para que a comunidade passasse a conviver com a nova situação de autonomia. No entanto, a percepção e o *modus operandi* relativos à construção da mesma, o que no contexto de poder já existente implicaria o desenvolvimento de mecanismos autogestionários de administração, não foram muito além daquele ponto em que haviam sido deixados pelas lutas em prol da democratização das estruturas internas de poder.

O exame do significado destas lutas, aliás, enseja que se entendam melhor as características que estamos assinalando.

O movimento pela reforma das estruturas de poder foi um movimento que expressava os autênticos anseios de democratização dos trabalhadores. Contudo, o mesmo não teve a preocupação de explorar com mais acuidade as muitas implicações e virtualidades que continha. A sua base de referência era o regime de assalariamento em que estavam imersos todos os trabalhadores, professores ou funcionários, e em nenhum momento abandonou essa base. Isto fez com que o conteúdo da luta pela democratização se realizasse fundamentalmente em torno da questão do controle sobre o processo de trabalho e não sobre o questionamento da própria natureza das relações de trabalho.

Em termos práticos, isto queria dizer que o movimento não estava negando o papel do Estado como empregador, ou seja, como patrão. O que ele reivindicava, isto sim, era salários condignos e maior participação no processo decisório. Em

---

6 Examinando as mais bem sucedidas empresas capitalistas do mundo, Collins & Porras (1995) descobriram que uma das variáveis responsável por esse sucesso é o extremo cuidado com que essas empresas preparam seus quadros administrativos, oferecendo-lhes não só o que há de melhor em termos de conhecimentos econômico-administrativos, em geral, mas também e sobretudo, em termos de um conhecimento profundo da história, tradições e tecnologias empregadas em suas respectivas organizações.

sua retórica, o movimento argumentava que um maior controle por parte dos trabalhadores sobre a gestão era uma das premissas para a promoção da democracia institucional e para a elevação da qualidade dos próprios serviços realizados pelas Universidades. Esta maneira de colocar as coisas de forma alguma significava que a comunidade estivesse deseiosa de assumir integralmente as responsabilidades administrativas que, no essencial, se encontravam em mãos do Estado.

Numa palavra, a comunidade universitária lutou pela democratização das relações de poder e não pela autogestão. Esta é uma determinação histórica ainda hoje não superada e, certamente, um dos motivos pelo qual a consciência coletiva autogestionária, bem como a construção do *modus operandi* institucional compatível com a autogestão, se desenvolvem aqui com parcimônia.

Uma outra questão que coloca um óbice ao futuro autogestionário dessas instituições é, uma vez mais, a dificuldade financeira.

O temor dos sindicatos, de que a autonomia não passasse de uma manobra do governo, não era descabido. O mais importante *capital* das universidades é sua força de trabalho. Ora, acontece que por ocasião da concessão da autonomia, os salários nas Universidades, componente número um da folha de gastos, já se encontravam num patamar que era incompatível com as funções pertinentes. De lá pra cá esse estado de coisas pouco se alterou. Um professor-pesquisador com o título de doutor, requisito mínimo para o ingresso, chega hoje à universidade, depois de 25 anos de estudos, para iniciar sua carreira ganhando 2 mil reais. Evidentemente, trata-se de uma fórmula que, a longo prazo, se ajusta como uma luva à degenerescência institucional e, no limite, a um comprometimento das funções desempenhadas.

## Perspectivas

A gestão das universidades pelos próprios trabalhadores, resultante da conjunção de autonomia com a participação democrática, configura uma situação inédita no serviço público brasileiro. Observe-se, também, que a trajetória percorrida é ainda muito pequena. Assim sendo, é temerário fazer pronunciamentos conclusivos ou mesmo se tentar enunciar possíveis tendências de desenvolvimento sem que antes se tenha investigado essa realidade de uma maneira adequada. De imediato, o que se pode dizer é que, a se acreditar nos dados oferecidos pelas autoridades universitárias superiores, a gestão democrática teve um efeito positivo sobre as instituições, melhorando significativamente a parte acadêmica e administrativa. Seja como for, parece iniludível que a possibilidade de desenvolvimento dessa experiência de autogestão no setor estatal-público fica na dependência de dois fatores: 1) antes de mais nada, no fato de que se produzam políticas públicas que, dando um lugar estratégico à produção de ciência e tecnologia, invistam de modo adequado na melhoria e expansão das universidades públicas de ensino e pesquisa; 2) depois, na possibilidade de que as comunidades universitárias venham efetivamente a aderir à



fórmula da autogestão, o que implica o trabalho de elaboração de uma variante concreta que leve em conta as suas próprias especificidades, e que permita, decorrentemente, uma exploração prática e reflexiva das virtualidades deste modo de organizar o trabalho.

#### IV. Cooperativas várias

Nas linhas seguintes nos referiremos brevemente ao cooperativismo, *em geral*.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, as cooperativas no Brasil remontam ao começo deste século. “Porém, foi a partir da década de 1960 que o seu desenvolvimento intensificou-se, iniciando a década dos anos 90 com mais de 3.500 cooperativas em todo o País”. (organização, s.d.)

Duas das *teses* aprovadas pelo X Congresso Brasileiro de Cooperativismo são reveladoras do perfil da tradição cooperativista brasileira. Através desse Congresso reivindicava-se: 1) o fim da interferência estatal no setor; 2) a criação de mecanismos que permitissem uma maior participação dos associados na organização cooperativa (autogestão).

A Constituição de 1988 atendeu, pelo menos em parte, os reclamos de maior autonomia: 1) não é mais necessária a autorização de funcionamento dada pelo governo; 2) a fiscalização das cooperativas não é mais incumbência do governo; e 3) caberá às próprias cooperativas a responsabilidade por seu desenvolvimento. Por outra parte, e em consonância com as novas propostas, dentro do mundo cooperativista aflorou uma inflexão em prol da autogestão, cujas dimensões e consequências estão ainda por ser melhor avaliadas.

Alguns outros elementos do cooperativismo no Brasil têm sido os seguintes<sup>7</sup>.

1) frequentemente cooperativas estão afetadas a atividades rurais ou suburbanas;

2) as cooperativas de consumo têm constituído um polo relativamente expressivo;

3) o artesanato é uma das atividades que tem propiciado a formação de pequenas cooperativas;

4) uma das formas mais correntes de organização cooperativa resulta da associação de pequenos produtores independentes;

5) há agora formação de cooperativas a partir de estabelecimentos capitalistas em processo falimentar e que são assumidos pelos trabalhadores.

Como indicamos, nas últimas duas décadas o mundo do trabalho cooperado expandiu-se de uma maneira perceptível. Concomitantemente, este universo também diversificou suas atividades, como por exemplo, um clube de futebol profissional no

<sup>7</sup> Um setor cooperativo está constituído ou dominado por empresários capitalistas, não configurando, portanto, uma modalidade cooperativa no sentido em que aqui empregamos o termo, ou seja, como atividade cooperada e/ou autogestionária de trabalhadores.



Paraná que recentemente adotou a forma de cooperativa<sup>8</sup>.

Em síntese, ademais do crescimento e da diversificação, cabe ressaltar, pelas possibilidades que entreabre, o seguinte: 1) o objetivo da autogestão parece agora ter sido colocado com uma insistência e uma ênfase que não existiam no cooperativismo *tradicional*; 2) surgem organizações autogeridas que estão preocupadas com a incorporação de tecnologias avançadas em seu trabalho e/ou já as empregam<sup>9</sup>; 3) empresas autogeridas emergem como cooperativas de trabalhadores nos vários setores da produção industrial; e 4) organizações autogeridas instauram-se tendo como ponto de partida contingentes de trabalhadores que se encontravam em regime de assalariamento.

Chame-se a atenção uma vez mais para as cooperativas industriais da ANTEAG e para as cooperativas organizadas nos assentamentos feitos sob a égide do MST<sup>10</sup>, as quais além de se constituírem sobre um substrato social popular, o fazem também com a participação de uma ou mais organizações coletivas de massa dos trabalhadores, tais como os sindicatos.

Enfim, nada disto garante que as cooperativas venham a re-inserir-se na sociedade segundo um patamar mais alto de atividades e segundo princípios democráticos de gestão. Em todo caso, trata-se de mudanças que não se deve deixar de anotar.

## V. Conclusão

Como bem colocou um pesquisador italiano, quando se aborda o tema da autogestão, existe sempre o perigo de pisar no vazio ou saltar à utopia.

Coube aos *socialistas utópicos* enunciar os elementos constitutivos básicos daquele tipo de organização do trabalho que vimos aqui chamando de autogestão, ou, segundo o termo mais aberto, de *economia social*.

No texto, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Engels trata os *socialistas utópicos*, em especial Owen, com o maior respeito e reconhecimento. Referindo-se ao trabalho político de Owen diz, numa passagem: “E foi também ele quem criou, como medidas de transição, para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira integralmente comunista, [...] as cooperativas de consumo e de produção...”. (Engels, s.d., p. 42)

Entretanto, para Engels a teoria do socialismo desses pensadores era ainda utópica. De fato, Engels considerava-os desbravadores, precursores do *socialismo*

8 “Maringá cria cooperativa para jogar o Estadual; atletas vão ter participação nas rendas, passes e publicidade”. (Clube ... 1977. p.11)

9 O Plano de Atendimento à Saúde da Prefeitura de São Paulo, instaurado em meio a conflitos e polêmicas, faz referência à organização cooperativa de trabalhadores (médicos e demais funcionários da saúde). Naturalmente caberá à investigação judiciosa expressar um melhor ajuizamento sobre a natureza do assunto.

10 A CONCRAB - Confederação das cooperativas de Reforma Agrária do Brasil abriga 61 cooperativas surgidas em assentamentos ligadas ao MST.

*científico*, do qual ele mesmo foi um dos criadores.

As instituições socialistas propostas por Owen como alternativa à organização capitalista fracassaram. As organizações de tipo autogestionário, como cooperativas e outras, às quais Owen deu a primeira forma, eram vistas pelo *socialismo científico* como acontecimentos parciais e transitórios. De fato, o *socialismo científico* enunciava uma estratégia completamente diferente daquela do *socialismo utópico*. “O modo capitalista de produção - afirma Engels -, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução. E, ao forçar cada vez mais a conversão dos grandes meios socializados de produção em propriedade do Estado, já indica por si mesmo o caminho pelo qual deve produzir-se essa revolução. O proletariado toma nas suas mãos o Poder do Estado e começa por converter os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, nesse mesmo ato, destrói-se a si próprio como proletariado, destruindo toda a diferença e todo o antagonismo de classe, e com isso o Estado como tal”. (Engels, s.d., p. 72)

Uma teoria em que a tomada revolucionária do Estado era um pressuposto para transformações estruturais da sociedade, não poderia mesmo dar grande importância à criação de organizações econômicas alternativas ainda sob o capitalismo. O fundamental se encontrava no desenvolvimento de organizações coletivas de massa, tais como os sindicatos e os partidos políticos proletários, que seriam capazes de levar a cabo a luta de classes.

As concepções dos *utopistas* dominaram uma boa parte do século XIX. Em 1875, o Programa de Gotha, da social democracia alemã, sob influência dos lassallianos, ainda colocava como um ponto estratégico a criação de cooperativas de produção com a ajuda do Estado. Contudo, nos anos subsequentes, a história parecia favorecer as proposituras do socialismo científico. Não foram as organizações de produção autogestionárias que floresceram, mas sim, as organizações coletivas de luta, como os sindicatos e partidos, que em seu movimento também foram abrindo espaços para valores democráticos no plano dos direitos civis, políticos e sociais. O próprio Owen (apud Engels, s.d.) parece ter se conformado a essa realidade, uma vez que ele mesmo foi um dos grandes organizadores sindicais.

Apesar disso, os ideais autogestionários, não como proposta de criação de organizações econômicas alternativas sob o capitalismo, mas como propositura de organização da vida política e econômica no pós-revolução, penetraram segmentos importantes das massas trabalhadoras e foram ainda importantes pelo menos até o primeiro lustro da década de vinte (soviets na revolução russa, conselhos na Itália e Alemanha, etc.).

O fracasso do soviétismo, já nos primeiros anos da revolução russa, parece significar uma dobradura na trajetória do movimento de conselhos e concomitantes ideais autogestionários. A vitória do stalinismo funcionou como um corolário e, desse momento em diante, o programa conselhistas e autogestionário, exceto pela eclosão de

alguns casos, como na revolução espanhola, permaneceu no refluxo<sup>11</sup>.

Na passagem dos anos sessenta para os setenta, a crise do modelo de acumulação capitalista, por um lado, e a do *socialismo real*, por outro, que desencadearam grandes movimentações operárias e estudantis, recolocaram o tema da autogestão e emprestaram-lhe um certo vigor. Este se manifestaria em debates renovados, numa certa revivescência dos conselhos<sup>12</sup> e no próprio crescimento da *economia social*.

Mencionem-se brevemente três posturas que apresentam um caráter exemplificador desse debate.

Gorz (1982), por exemplo, considera a autogestão uma ilusão e até um perigo. Para ele - como para Kurz (1982) -, o trabalho como se o concebe hoje é que é o problema. Gorz considera que qualquer alternativa viável à sociedade capitalista encontra-se fora do mundo do trabalho e da classe trabalhadora, pelo menos tal qual o vemos ainda agora.

Para Tomasetta, (s.d.) que se situa na importante tradição revolucionária italiana, a autogestão deve ser um dos esteios da organização social, porém como fenômeno pós-revolucionário. A participação dos trabalhadores na gestão antes da tomada do poder não está descartada, porém, quanto a este ponto, nota-se grande dificuldade em suas formulações, uma vez que é muito protuberante a sua desconfiança para com os perigos inerentes às virtualidades integradoras da participação na empresa capitalista.

Muito instigante é a posição de Lojkin (1990). Para este, a classe operária, que passa por uma verdadeira mutação em decorrência das grandes modificações em curso do capitalismo, continua a ser um sujeito político estratégico que tende agora a reivindicar a autogestão na fábrica e no Estado. Acena, portanto, com a possibilidade de que se constitua um novo movimento autogestionário, que no entanto só terá chance de se concretizar se os trabalhadores não permitirem que a burguesia reconstitua de modo sólido a sua dominação e hegemonia.

Entrementes, e praticamente à margem desse debate, a *economia social* cresce de modo expressivo. Nesse processo, as idéias maximalistas originárias de transformação social não parecem ter tido importância. O móvel freqüente das ações é pragmático e até mesmo prosaico: evitar que trabalhadores atingidos pela reengenharia da reconversão industrial fiquem sem o seu emprego; criar postos de trabalho a partir de novos empreendimentos; viabilizar projetos de extração popular, de baixo nível de capitalização, que de outro modo não teriam chance; congregar pequenos produtores elevando o potencial de seus negócios; prestar serviços relevantes à população valendo-se, para tal, de critérios de organização não capitalísticos; e - o que talvez

---

11 Gorz (1982) considera que o *conselhismo* foi um fenômeno ligado à presença da camada dos oficiais na indústria. Quando esta camada desapareceu, engolfada pela reestruturação taylorista, o *conselhismo* feneceu.

12 Na Espanha, por exemplo, o movimento de *comisiones obreras* desempenhou um papel muito importante nas lutas que conduziram à liquidação da ditadura franquista, bem como à reestruturação do movimento operário e sindical.



constitua de longe a parte mais rica de conseqüências possíveis -, *democratizar imediatamente as relações de trabalho nas unidades de trabalho.*

Esta postura pragmática tem a virtude, num primeiro momento, de não ser alimentadora de posturas imobilistas. Entretanto, este pragmatismo não tem o condão de fazer com que a autogestão não se coloque questões de maior transcendência: qual a identidade deste setor?; quais as suas possibilidades de desenvolvimento?; as empresas autogeridas têm condições de competir com as empresas capitalistas ou estão fadadas ao insucesso?; a democratização das relações de trabalho poderá consolidar-se e ainda aperfeiçoar-se no futuro ou a reversão a estruturas de poder de tipo dominantes/dominados é apenas uma questão de tempo?

Estas questões e muitas outras não são novas. No passado - assim como ainda hoje - elas ofereceram o substrato para severas objeções à autogestão, as quais, por sua vez, contribuíram para erodir o prestígio das propostas autogestionárias junto às massas trabalhadoras e suas principais organizações. Neste sentido, a pecha de *socialismo utópico* podia ser lida de várias maneiras e não apenas na clave da teoria que preconizava a conquista do Estado através da revolução. Eis algumas das críticas feitas à autogestão e que perpassam tradições políticas tão distintas quanto a dos Webbs e a de Lênin: a autogestão é uma idéia anarquista de origem pequeno-burguesa; as organizações autogeridas, ao preservarem o mercado, contribuem para manter os problemas de realização da produção do capitalismo, enquanto que, concomitantemente, o egoísmo típico da empresa privada é reproduzido pelo egoísmo da empresa privada coletivizada; as organizações autogestionárias não tem capacidade de se reproduzirem num meio capitalista dominante, crescentemente competitivo e hostil; a magnitude da economia autogestionária é dependente dos períodos de transição do capital, expandindo-se com sua crise e voltando à sua periferia quando o mesmo se recompõe; e, para terminar com estes exemplos, a organização autogerida é por si mesma um fenômeno mais ou menos precário e transitório, uma vez que a mesma cedo ou tarde fenecerá ou perderá sua identidade, igualando-se ao capital.

Uma pesquisa realizada na Inglaterra (ver Thomas & Logan, 1982) mostra que uma configuração tão negativa quanto a que acabamos de indicar não corresponde aos resultados obtidos, pois ficou demonstrado que: 1) cooperativas têm sobrevivido à passagem de várias gerações; 2) a produtividade tem sido igual ou até superior à das empresas capitalistas; e 3) cooperativas cujas origens remontam ao século XIX sobreviveram preservando sua identidade. Este é o aspecto positivo levantado pela investigação. O aspecto obscuro é que, como já era de se esperar, o impacto desse modo de organizar o trabalho sobre a sociedade tem sido muito pequeno.

Diante das considerações feitas, gostaríamos de encerrar este artigo enunciando duas questões e uma pequena assertiva.

A atual prosperidade da economia social é ainda uma vez mais um epifenômeno da crise de reestruturação do capitalismo, ou há agora, como pretende Lojkine, (1990) condições objetivas para que a autogestão floresça de modo permanente? Qual o potencial

de desenvolvimento da economia social? Poderá ela avançar sobre os seus atuais limites, certamente muito restritos e problemáticos, chegando um dia a prefigurar concretamente um modo de organizar o trabalho<sup>13</sup> superior a este que é hegemonicamente posto pelo capitalismo?

Estes problemas, que queremos crer sejam realmente importantes, além de pertinentes, só poderão ser equacionados se forem examinados, investigados e discutidos. Durante muito tempo, entretanto, as forças populares recusaram-se a levar em consideração a questão da economia social, assim como, em geral, a questão da autogestão. Ainda hoje são enormes as dificuldades que têm partidos, sindicatos e outras organizações para, simplesmente, colocarem o assunto em suas agendas de trabalho e um dos motivos para que isto assim seja é que o socialismo científico obscureceu amplamente o *socialismo utópico*.

Se fosse possível aquilatar a propriedade de uma teoria apenas pelos relativos elementos comprobatórios que se encontram na realidade empírica - o que não é o caso - dir-se-ia inicialmente que a teoria revolucionária tal como foi formulada pelo *socialismo científico* estava mais próxima da verdade, uma vez que, nem a autogestão, nem uma economia alternativa poderosa emergiram das entranhas do capitalismo, enquanto que revoluções foram feitas em muitos países, várias outras foram tentadas e novos Estados foram fundados em nome do proletariado e da revolução social.

Contudo, tendo-se chegado a esse ponto, a espetacular derrocada da maior parte dos mesmos, bem como as grandes transformações econômicas e sociais encetadas por aqueles que restaram, opõe uma contra-tendência à justeza dessa primeira visão, sendo esta seguramente uma das razões pelas quais o movimento de massas convive hoje com o refluxo e a perplexidade teórica e programática.

Face a este quadro, o que se poderia dizer? Talvez, ironias à parte, que o *socialismo científico* não era assim tão científico quanto se pretendeu. Enquanto que, por outro lado, não é implausível que se tenham subestimado contribuições que foram apresentadas por outras correntes, como a dos anarquistas, por exemplo, bem como a dos próprios *socialistas utópicos*.

Tudo indica que não se encontra à vista nenhum caminho real para a construção de uma sociedade mais democrática, mais justa, mais igualitária e mais solidária e que é necessário, antes de tudo, manter-se uma posição aberta para o exame e o estudo das mais diversas idéias e possibilidades, pois, como o demonstrou Khun (1975), quando uma teoria deixa de ser produtiva para a continuidade do trabalho científico - o qual, naturalmente, pressupõe um elo de ligação com a realidade -, abre-se uma era de investigação, na qual normalmente, antes de se ver a luz, se acirram as polémicas, as controvérsias e as incertezas.

---

13 Não simplesmente como processo de trabalho interno à unidade de trabalho, mas como produção + distribuição + circulação + consumo.

---

### Bibliografia Consultada

- 1 MAIA, I. *Cooperativa e prática democrática*. São Paulo: Cortez, 1985.
- 2 LOUREIRO, M.R. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.
- 3 FIEURY, M.T.L. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1993.
- 4 RIOS, G.S.L. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 5 ANTEAG. *Histórico, objetivo e dificuldades*. São Paulo: Anteag, s/d.
- 6 ——— *Experiências internacionais*. São Paulo: Anteag, s/d.
- 7 ——— *Modelo de contrato coletivo*. São Paulo: Anteag, s/d.
- 8 ——— *Como salvar o emprego*. São Paulo: Anteag, s/d.
- 9 ——— *Reestruturação industrial & autogestão*. São Paulo: Anteag, s/d.

### Referências Bibliográficas

- CLUBE paranaense lança o socialismo. *Folha de São Paulo*, 22 jan. 1977, Caderno 3, p. 11.
- COLLINS, J.C., PORRAS, J.I. *Feitas para durar: práticas bem sucedidas de empresas visionárias*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- DEFOURNY, J. *Orígenes, contextos y funciones de un tercer gran sector*. In: MONZÓN, J.L., DEFOURNY, J. *Economía social: entre economía capitalista y economía pública*. Valencia: CIRIEC, 1987.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, s.d.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- HERNÁNDEZ, U.M. *La dinámica empresarial de las cooperativas*. Publicaciones de Cenro EFOCA, 1992, v. 4.
- KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LOJKINE, J. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MONZÓN, J. L., DEFOURNY, J. *Economía social: entre economía capitalista y economía pública*. Valencia: CIRIEC, 1987.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Autogestão ao alcance das cooperativas*. s. l. : OCB, s.d.
- RESCATANDO a história e apostando no futuro. *Revista da Adunesp*, n. 1, set. 1996.
- SINGER, P. Os sem-trabalho. *Folha de São Paulo*, 12 fev. 1997, Opinião, p. 3.
- THOMAS, H., LOGAN, C. *Mondragon: an economic analysis*. London: George Allen & Unwin, 1982.
- TOMASETTA, L. *Participación y autogestión*. Buenos Aires: Amorrortu, s. d.